



A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E SUA INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE SURDOS NA ESCOLA REGULAR

Helleni Priscille de Souza Ferreira Oliveira

No decorrer da história da humanidade encontramos registros de que durante muitos anos as pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência eram afastadas do convívio social. Na história da educação do surdo, desde seus primórdios, havia pouca compreensão da psicologia acerca dos problemas cognitivos apresentados pelos surdos, além disso, esses indivíduos eram colocados em asilos e afastados da sociedade da qual faziam parte.

Segundo Coldfield (1997), os surdos eram tratados com piedade e vistos como pessoas castigadas pelos deuses, sendo abandonados ou sacrificados. A surdez e a consequente mudez eram confundidas com uma inferioridade de inteligência. E até o século quinze foi visto como uma pessoa primitiva que não poderia ser educado.

Atualmente, como a inclusão é um movimento mundial, as pessoas estão vivendo no campo da educação mudanças nas qual a inclusão envolve um processo de reforma e reestruturação das escolas como um todo.

Tal inclusão escolar deve ter um sentido amplo, não incluindo apenas por incluir um aluno com necessidades educativas especiais na sala de



aula regular, mas sim adaptar a escola às necessidades dos estudantes. Segundo Werneck (1997) o princípio de normalização 4 é o que rege a integração e a inclusão, tal princípio oferece a esses alunos recursos institucionais e profissionais adequados para que se desenvolva como pessoa, estudante e cidadão. Werneck (op. cit.) ainda afirma que “normalizar uma pessoa não significa torná-la normal. Significa dar a ela o direito de ser diferente e ter suas necessidades reconhecidas e atendidas pela sociedade”.

Nesse contexto, este artigo tem como temática principal a educação dos surdos com ênfase na influência exercida pela Língua Brasileira de Sinais – Libras durante sua trajetória na educação. Com base na literatura consultada e a partir de nossos interesses pessoais, levantamos o seguinte questionamento: Com a inclusão de estudantes surdos em classes regulares e a inserção da Libras no currículo escolar, o surdo deixa de ser visto como um estudante com déficit cognitivo?

A partir desse questionamento, defendemos a hipótese de que a inclusão de estudantes surdos em salas de aula regular, bem como a inclusão da Libras no âmbito escolar, possibilitou ao surdo ser visto através de um novo olhar, ou seja, não mais como uma pessoa com déficit cognitivo, ou inferioridade de inteligência, mas com potencial para aprender igual aos outros estudantes ouvintes.

A falta, parcial ou totalmente, o meio de comunicação utilizado pela imensa maioria das pessoas: a linguagem oral. Pretendo com esse



trabalho analisar as possíveis mudanças ocorridas com a inserção da Libras no currículo escolar, retratando a atual visão do professor para com o estudante surdo após a inclusão da mesma.

Acredito que esse artigo favorece as práticas pedagógicas e enriquece a vida pessoal e social de todos que se interessem pelas vivências surdas, pretendo analisar a relação do professor com o estudante surdo e identificar as mudanças ocorridas após a inserção da Libras na escola. Este artigo terá como base teórica alguns autores que desenvolveram trabalhos voltados para estudo da pessoa surda, bem como sua linguagem e cognição.

Dentre eles destacamos Soares (1999), Vygotsky (1994), Quadros (1997; 2004), Fernandes (2003) e Coldfield (1997), os quais nortearão esse artigo ampliando nossos conhecimentos e dando subsídios a conclusão do curso.

EDUCAÇÃO DE SURDOS

Breve histórica da educação de surdos buscando na história da educação informações significativa sobre o atendimento educacional às pessoas com deficiência, pudemos constatar que, até o século XVIII, as noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas ao misticismo e ocultismo. Não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realistas. Porém, no início do século XX, com os avanços da medicina, vários estudiosos



decidiram analisar algumas patologias com a finalidade de resolver cada questão especificamente.

Com o aparecimento de novas filosofias educacionais para surdos, como a Comunicação Total e, mais recentemente, o Bilinguismo, a língua de sinais ressurgiu associada, em algumas correntes, à forma oral. Segundo Coldfield (1997), a Comunicação Total defende a utilização de todos os recursos linguísticos, orais ou visuais, simultaneamente, privilegiando a comunicação e não apenas a língua.

A Filosofia Bilíngue acredita que o surdo deve adquirir a língua de sinais como língua materna e a de seu país como segunda língua, vale ressaltar que, segundo Coldfield (op. cit.), uma corrente defende que a língua do país deve ser adquirida apenas na modalidade escrita, outra, no entanto, acredita que o surdo deve adquirir a língua do seu país nas duas modalidades, oral e escrita. O que ambas concordam é o fato de a língua de sinais ser adquirida desde cedo como primeira língua.

De acordo com Scliar (2001 p. 85)

Nas últimas três décadas produziu-se uma significativa mudança na educação dos surdos, tanto no que se refere às concepções ideológicas quanto à organização educacional e escolar... uma maior tendência a considerar a língua de sinais como primeira língua, discussão sobre as didáticas em relação a segundas línguas, mudanças no currículo escolar, presença de instrutores surdos nas escolas etc.



A Preocupação dos educadores atualmente é respeitar a autonomia das línguas de sinais e estruturar um plano educacional que não afete a experiência psicossocial e linguística da criança surda. De acordo com Quadros (1997), a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela criança surda, quando a mesma está em contato com usuários dessa língua, diferente da língua oral que necessita ser ensinada de forma sistematizada. Porém ser natural não significa ser inata, pois ela deve ser apreendida nas diferentes situações de interação entre seus usuários. Segundo Skiliar (apud SAMPAIO, 2007, p.29)

“Língua natural deve ser entendida como uma língua que foi criada e é utilizada por uma comunidade específica de usuários, que se transmite de geração em geração, e que muda – tanto estrutural como funcionalmente- com o passar do tempo”.

Daí o direito de a criança surda ter no processo educacional o acesso pleno a língua de sinais. Para Cabral (2002), até o final do século XVI os surdos eram considerados inaptos para o ensino e não possuíam direitos legais. Porém podemos ainda observar vestígios dessa época, presentes no Código de Processo Civil Brasileiro. Com o código de Justino de 529 surgiu a possibilidade de desenvolver a expressão escrita dos surdos, para que os mesmos pudessem tratar dos próprios assuntos e administrar suas heranças, comunicando-se através da escrita. Esse código é o primeiro no qual se encontra referência à escrita do surdo.



Cabral (2002) afirma que em 1880, no século XIX, os surdos foram proibidos de gestualizar e a aprendizagem da língua oral passou a ser prioridade em detrimento de toda a educação. Segundo Goldfeld (1997), nesse período houve um congresso em Milão para decidir a melhor forma de escolarizar os surdos. Em confronto com o ensino por meio de sinais, venceu o oralismo, o qual sofreu grande influência do famoso Graham Bell, cuja esposa era surda. Interessante é que não foi dado aos professores surdos o direito de votar.

Somente no século XX, após a realização do Congresso Mundial em San Laus, organizado pelos surdos, foi que a língua de sinais voltou a ser a primeira língua, inclusive no Brasil, apesar de ser apenas um subsídio para a aquisição do português oral.

Segundo Goldfeld (op. cit.), a educação de surdos no Brasil teve início no segundo império, com a chegada do educador francês Hernet Huet. Em 1857, foi fundado o Instituto Nacional de surdos-mudos, atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), que inicialmente utilizava a língua de sinais, mas que em 1911 passou a adotar o oralismo puro.

Na década de 70, com a visita de Ivete Vasconcelos, educadora de surdos da Universidade Gallaudet, chegou ao Brasil a filosofia da Comunicação Total, e na década seguinte, a partir das pesquisas da professora linguista Lucinda Ferreira Brito sobre a Língua Brasileira de Sinais e



da professora Eulália Fernandes, sobre a educação de surdos, o Bilinguismo passou a ser difundido.

No final da década de 90 do século XX foi que a Libras 7 passou a ser direito do cidadão surdo, adquirindo maior visibilidade e tendo uma dimensão sociológica e política. No entanto, como afirma Sampaio (2007, p. 69).

“Há décadas, entidades e instituições vêm lutando para incluí-la – ao lado da língua portuguesa- como língua materna que tenha acesso e uso prático em ampla escala”. A lei determina que os serviços públicos de saúde garantam atendimento e tratamento adequado aos portadores de necessidades especiais. Porém, não os obriga a ter intérpretes, o que impossibilita o atendimento. Serviços públicos, supermercados, bancos e a maioria das escolas públicas também”.

Daí a mudança de olhar dos profissionais ouvintes, que passaram a ver o surdo como um falante da língua de sinais, que ainda têm muito que lutar por seus direitos. Soares (1999) define como principal objetivo da educação de surdos capacitar os estudantes para que os mesmos possam adquirir um código linguístico e possuir certa instrumentalização para o trabalho. Para Goldfeld (1997), das três filosofias educacionais (Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo) o Bilinguismo atualmente está tendo grande destaque no cenário da educação brasileira



A LINGUAGEM E OS PROCESSOS COGNITIVOS DO SURDO

A linguagem desempenha um papel importante no desenvolvimento humano, visto que, as crianças desenvolvem sua linguagem logo no início da vida, através de sons, gestos e expressões faciais.

Ao buscarmos compreender a história da linguagem humana, vimos em Oliveira (1997) que existe a trajetória do pensamento desvinculado da linguagem e a trajetória da linguagem independente do pensamento, e quando essas duas trajetórias se unem a linguagem se torna verbal e o pensamento racional. Para Quadros (2004), a língua começou a se desenvolver pela necessidade que os seres humanos tinham de interagir com o outro, a fim de sobreviverem e trabalharem reciprocamente. Surge, então, a primeira função da língua, a de ser a comunicação e a expressão do pensamento.

No entanto, Vygotsky (1998) atenta para o fato de que o problema da cognição no surdo está nas condições de acesso a uma língua e que o mesmo precisa organizar sua interação verbal através de processos comunicativos alternativos, como por exemplo, a língua de sinais. No decorrer da história, os seres humanos tentaram aprimorar as formas de linguagem existente para suprir suas necessidades. Como afirma Oliveira (1997 p. 45)



“Para agir coletivamente e de formas cada vez mais sofisticadas, o grupo humano teve de criar um sistema de comunicação que permitisse troca de informações específicas, e ação no mundo com base em significados compartilhados pelos vários indivíduos empenhados no projeto coletivo”.

Oliveira (1997) ressalta que existe uma fase pré-verbal no desenvolvimento do pensamento e uma fase pré-intelectual no desenvolvimento da linguagem, antes de o pensamento e a linguagem se associar. Ao observar a relação entre aprendizado e desenvolvimento, Vygotsky (1994), destaca que as crianças concebem seu aprendizado antes de irem à escola, e que o aprendizado e desenvolvimento se relacionam desde o primeiro dia de vida da criança.

Dessa forma, acredito que se for criado um ambiente linguístico apropriado para a criança surda provavelmente facilitará seu desenvolvimento e conseqüentemente seu aprendizado. Como afirma Fernandes (2005 p. 18)

(...) através da aquisição de um sistema simbólico, como é o da língua, o ser humano descobre novas formas de pensamento, transformando sua concepção de mundo. Tendo em vista estas colocações, torna-se bastante claro, portanto, que propiciar à pessoa surda a exposição a uma língua o mais cedo possível, obedecendo às fases naturais de sua aquisição é fundamental ao seu desenvolvimento. Privá-la desse direito, sob qualquer alegação, é desrespeitá-la em sua integridade.



Portanto, devemos propiciar um ambiente linguístico que desenvolva a linguagem e a cognição da criança surda, para não haver problemas na sua comunicação. Nesse sentido, Coldfield (1997, p. 53) afirma que:

“(...) os problemas comunicativos e cognitivos da criança surda não têm origem na criança e sim no meio social em que ela está inserida que frequentemente não é adequado, ou seja, não utiliza uma língua que esta criança tenha condições de adquirir de forma espontânea, a língua de sinais”.

LÍNGUAS DE SINAIS

Segundo Quadros (2004, p.19), “A língua brasileira de sinais é uma língua visual-espacial articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo. É uma língua natural usada pela comunidade surda brasileira”. Logo, é acessível ao surdo visto que o mesmo não precisa da integridade auditiva para adquirir uma língua na modalidade visual-espacial.

Como os surdos precisam se comunicar de alguma forma, tanto com os ouvintes quanto com os outros surdos. Então, desde cedo começam a adquirir uma linguagem própria para se desenvolverem. Conforme Fernandes (2003 p.38), “a garantia do domínio de uma língua desde os primeiros meses de idade é fator fundamental para o desenvolvimento natural do indivíduo.” Assim, entendemos a luta que há em defesa pela aquisição da língua de sinais como a língua materna do surdo.



De acordo com Karnopp e Quadros (2004), a língua de sinais é denominada língua de modalidade gestual-visual, pois a informação linguística é recebida pelos olhos e produzida pelas mãos, ou seja, através de gestos. Ao contrário das línguas orais auditivas a exemplo do português

Fernandes (2003 p. 39) ressalta o seguinte conceito acerca das línguas de sinais:

“ As línguas de sinais são sistemas abstratos de regras gramaticais, naturais das comunidades de indivíduos surdos que as utilizam. Como todas as línguas oral-auditivas, não são universais, isto é, cada comunidade linguística tem a sua. Assim, há uma língua de sinais inglesa, uma americana, uma francesa e várias outras, e vários países, bem como a brasileira”.

Além de ser produzida pelas mãos, a Libras, assim como outras línguas de sinais, utiliza também movimentos no corpo e expressões na face, para alcançar à comunicação pretendida. Conforme afirma Quadros (2004), as línguas de sinais, por serem visual-espaciais, apresentam uma riqueza de expressividade diferente das línguas orais.

Apesar de os argumentos serem favoráveis à aprendizagem da língua de sinais, existem obstáculos para sua concretização. Tais obstáculos vão além de habilidades manuais, pois, a competência na língua de sinais depende, também, do conhecimento de como a própria comunidade de surdos se organiza.



Tal contato é reduzido devido às limitações de oportunidades para que isso ocorra. Além disso, os surdos, no contato com os ouvintes, realizam adaptações e ajustes na língua de sinais, visando a um melhor entendimento. Então, percebemos a importância dessa língua na vida do surdo, como afirma Goldfeld (1997), a língua de sinais seria a única língua que o surdo poderia dominar plenamente e que serviria para todas as suas necessidades de comunicação e cognitivas.

Segundo Quadros (1997) o processo de aquisição da língua de sinais é equivalente ao processo de aquisição das línguas faladas. Pois, nos estágios da aquisição da linguagem (período pré-linguístico, estágio das primeiras combinações, estágios das múltiplas combinações) compreendemos que crianças ouvintes e crianças surdas passam pelos mesmos estágios sem haver grandes disparidades. Então quanto mais cedo à criança surda for apresentada a sua língua materna, ela terá facilidade no desenvolvimento de sua linguagem.

Contudo, para que haja uma comunicação de melhor qualidade, não é suficiente apenas o ensino da Libras, a presença de um intérprete é imprescindível no âmbito educacional para que ocorra de fato uma troca de conhecimentos. Segundo Quadros (2004), o intérprete é o mediador entre pessoas que não falam a mesma língua, não interferindo, na medida do possível, no processo comunicativo.



Entendo que cabe aos nossos educadores reconhecer e lutar pela Libras e pela presença de um intérprete, para que os mesmos sejam sistematizados efetivamente no âmbito escolar, contribuindo, assim, para uma melhor formação do surdo e conseqüentemente sua inclusão social.

Pois, segundo Quadros (op.cit. p. 28) “quando há carência de intérpretes de língua de sinais, a interação entre surdos e pessoas que desconhecem a língua de sinais fica prejudicada”.

Este artigo tem, pois como objetivo analisar as possíveis mudanças ocorridas com a inserção da Libras no âmbito escolar. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de caráter qualitativo, a qual consiste em analisar as possíveis mudanças ocorridas com a inserção da Libras no currículo escolar e a inclusão de estudantes surdos em classes regulares.

A LIBRAS NO ÂMBITO ESCOLAR: POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO.

A influência da surdez na aprendizagem considerando que a grande maioria das crianças surdas são filhas de pais ouvintes e que o aprendizado da língua de sinais tem início tardiamente, ou seja, quando a criança entra na escola. Percebemos que isso dificulta o desenvolvimento da linguagem, pois como Vygotsky (1994) afirma, as crianças iniciam seu aprendizado antes de irem à escola.



A INCLUSÃO DO ESTUDANTE SURDO NA ESCOLA REGULAR

A inclusão surge no panorama educacional sob uma nova perspectiva de rever as concepções de educação, de ensinar e de aprender. Sendo assim, percebemos a necessidade de criar meios para trabalhar nesse sentido.

A inserção de estudantes surdos na sala de aula regular passa por uma discussão muito além do que é visto, pois apenas incluir o estudante surdo em salas regulares sem dar subsídios para ele se desenvolver não proporcionará resultados positivos. Como afirma Werneck (1997), o princípio de normalização é o que rege a integração e a inclusão, tal princípio oferece a esses estudantes recursos institucionais e profissionais adequados para que se desenvolva como pessoa, estudante e cidadão.

Para que haja uma real inclusão desses estudantes é imprescindível à presença de um intérprete de Libras. Conforme a afirmação de professores a presença de intérpretes nas salas de aula facilita a compreensão do surdo.

Nesse sentido Sampaio (2006) afirma que a grande queixa dos surdos é a carência de intérpretes e a falta de qualificação desses para atuarem com eles no âmbito escolar, uma vez que, esses profissionais não devem apenas ter o domínio da língua de sinais, mas o estar familiarizado com o conteúdo a ser trabalhado. Dessa forma, seria ideal a presença de um professor-Intérprete.



Nesse contexto, Quadros (2004) explicita que é fundamental a presença de um intérprete, pois sua carência na interação entre surdos e ouvintes pode implicar nas dificuldades da comunicação em termos educacionais.

Entendo, com isso, que a presença do intérprete na sala de aula regular facilita o acesso às informações veiculadas durante as aulas. Proporcionando, assim, mais clareza e compreensão ao surdo no processo de ensino-aprendizagem.

Entretanto, é necessário que esse intérprete seja devidamente qualificado e capaz de interpretar na íntegra as ideias expostas pelos educadores. Segundo Quadros (op. cit. p. 28) “o profissional intérprete também deve ter formação específica na área de sua atuação”.

À medida que, as trocas de ideias e experiências podem ser feitas na língua de sinais propiciando um maior envolvimento e gerando um intercâmbio entre estudantes ouvintes e surdos.

Resultando assim em uma verdadeira inclusão e contribuindo para o crescimento profissional e pessoal de todos os envolvidos, visto que, as diferenças possibilitam a aprendizagem. Segundo Werneck (1997) quando há uma interação espontânea em situações diferenciadas torna-se mais fácil adquirir o genuíno conhecimento.



TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM COM A INSERÇÃO DA LIBRAS

A inserção da Libras no âmbito escolar possibilitou várias transformações. Como afirma Scliar (2001), existem significativas mudanças na educação de surdos tanto nas concepções ideológicas quanto na organização educacional. E uma dessas mudanças é considerar a língua de sinais como primeira língua.

A esse respeito Goldfield (1997) afirma que a língua de sinais atende todas as necessidades de comunicação e cognitivas do surdo. Isso confirma o relato dos professores em sua prática pedagógica, no que diz respeito ao ensino aprendizagem, uma vez que a inserção da Libras tem resultado em uma melhor compreensão das disciplinas, além disso, o surdo tem apreendido os conteúdos de maneira mais satisfatória, resultando, assim, em um maior êxito na vida educacional. Conforme postula Cabral (2002, p. 25), *“O acesso a sua própria língua é que permite ao surdo a liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar sua cultura”*.

O segundo ponto é em relação ao professor na busca de especializações que os capacitem a trabalhar com estudantes surdos. Não se restringindo, assim, a aprender apenas a língua de sinais, uma vez que uma especialização nessa área permite um conhecimento mais amplo do sujeito surdo, como sua cultura, identidade, dentre outros.



É importante lembrar que as formações continuadas também assumem um papel decisivo nessa formação, pois complementa e auxilia o desenvolvimento profissional e supre deficiências com relação às diferenças dos alunos e a presença destes em classes regulares.

No entanto, Werneck (2004, p. 61) afirma que:

(...) enquanto os cursos e as universidades que formam professores não tiverem como ponto de honra conscientizá-los de que alunos com deficiência é responsabilidade de todos os educadores, e não apenas do profissional que se interessa por educação especial, caminharemos feitos tartarugas.

Então, percebe-se que deva haver uma conscientização por parte das instituições de ensino, formadoras de futuros educadores, as quais poderá desencadear um maior interesse por novas pesquisas não somente por quem trabalha diretamente com educação de surdos, mas, por todos envolvidos no sistema educacional.

O ATUAL PERFIL DO ESTUDANTE SURDO FALANTE DA LIBRAS

Durante muito tempo o surdo foi tratado com piedade e compaixão. Segundo Goldfield (1997), a sociedade apresentava aspectos negativos em relação a essas pessoas, que eram marginalizados e não tinham nenhum direito assegurado. Cabral (2002) afirma que o surdo no século XIX foi



privado de exercer sua linguagem, sendo proibidos de gestualizar. Apenas no século seguinte é que eles adquiriram o direito de ter a língua de sinais como primeira língua.

Atualmente, percebe-se que o olhar da sociedade mudou em relação a pessoa surda, pois, de acordo os estudos no decorrer do artigo, o surdo passou a ser visto como uma pessoa mais segura e consciente. Entretanto, toda mudança é processual e lenta, por isso acreditamos que ainda há muito a ser feito para que cheguemos a uma educação de qualidade na qual o surdo possa ter pleno acesso.

A língua de sinais possibilitou ao surdo o reconhecimento de sua identidade enquanto sujeito, o qual deixa de ser visto como incapaz e passa a ter direito como cidadão. Ao possuir uma língua, o surdo passou a se comunicar de maneira consciente, tornando-se mais participativo, não apenas na sala de aula, como nas relações sociais.

Essa comunicabilidade tem sido ampliada após a interação entre ouvintes e surdos no âmbito escolar. Mediante uma inclusão que vai além da mera aceitação do surdo na escola. Pois, à medida que esse sujeito tem acesso aos conhecimentos através da sua língua através de um intérprete, ele passa, também, a participar de forma ativa e participativa igualmente aos ouvintes. O surdo como dominador de sua língua, deixa de ser surdo-mudo e passa a ser visto apenas como surdo, uma vez que ele não é mudo, pois ele tem uma língua e faz uso dela para conseguir seus direitos. Com isso, tem alcançado respeito na comunidade escolar.



Pedagogos apontam para a dificuldade na estruturação da Língua Portuguesa, levantando a necessidade de uma melhor apropriação do português escrito. Entendemos, com isso, que há uma necessidade da escola rever o processo de ensino da Língua Portuguesa, pois, segundo Cabral (2002), como a Libras não possui sua forma escrita, o surdo deve aprender o português escrito para se inserir na comunidade letrada.

Porém, para que esse aprendizado seja completo é necessária à apropriação da língua de sinais. Pois a Libras vai funcionar como mediadora para a aquisição da segunda língua. Como vimos em Quadros (1997, p.99)

A escrita exige habilidades específicas que só podem ser desenvolvidas quando se tem o domínio da linguagem. Dessa forma, os 15 surdos precisam dominar a língua de sinais, pois é nessa língua que eles aprendem que palavras, frases, sentenças e parágrafos significam algo e que palavras devem ser situadas em um contexto.

Os métodos de ensino de língua portuguesa para surdos ainda não são satisfatórios, pois se baseiam na oralidade. E para que haja realmente um resultado satisfatório, Sampaio (2007) afirma que, é preciso valorizar o conteúdo semântico em detrimento a forma dos textos. Sendo o trabalho de o professor oportunizar, desenvolver e despertar o gosto e o prazer pela leitura e escrita nos alunos.



Conclui-se, portanto, que em função dos profundos conhecimentos realizados nas práticas educacionais e sua inserção na escola regular, pôde-se perceber que o processo educacional dos surdos sofreu várias influências ao longo dos anos. Sendo a mais relevante a inserção da Libras no âmbito escolar. Esta inserção tornou o surdo mais seguro, participativo e consciente. Como afirma Cabral (2002), o ensino da Libras deve ter a finalidade de inserir o surdo na sociedade de maneira crítica e participativa, para que ele possa exercer a cidadania, como é direito de todo cidadão.

Pode-se observar que na prática docente e professores constataam que a Libras exerceu e vem exercendo grande influência no processo educacional de estudantes surdos. Além disso, a inserção desses estudantes em salas de aula regular contribuiu para a socialização da língua de sinais não apenas entre surdos, como também entre ouvintes. Hoje os surdos estão mais comunicativos, com isso, buscam novos conhecimentos e a compreensão dos ouvintes através de trocas de experiências, conquistando o respeito da comunidade escolar e da sociedade.

O presente artigo tem como finalidade gerar uma reflexão na sociedade e em especial na comunidade escolar, espero, então, que sejam abertos novos espaços para essas reflexões e que se encontrem mais artigos dessa natureza. Para que se possa trabalhar uma verdadeira inclusão de estudantes surdos no âmbito educacional e na sociedade como um todo, respeitando-o como cidadão e dando subsídios para o seu desenvolvimento.



Nos limites desse trabalho foram discutidos pontos relevantes no processo educacional do estudante surdo, tendo como aspectos positivos às transformações ocorridas no âmbito escolar, como foram vistas anteriormente. Proponho, assim, que sejam desenvolvidas novas pesquisas científicas as quais abordem esse tema: Educação de Surdos, que é tão amplo.

Podendo ser utilizados alguns tópicos que foram discutidos nesse artigo, como base em novos estudos. Pretendo, posteriormente, aprofundar esse tema com vistas à influência da surdez na aprendizagem: mitos e verdades, bem como, a função do tradutor e intérprete de Libras no processo educacional dos surdos, entre outros.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CABRAL, G. Algumas considerações sobre o ensino do português escrito, como segunda língua para surdos. In: A discriminação em questão II. / Estudos surdos. Secretaria da Educação. Diretoria de Política e Programas Educacionais. Diretoria Executiva de Educação Especial. – Recife: Secretaria de Educação, 2002 – p.17-22.

FERNANDES, E. Linguagem e surdez. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FERNANDES, E. (org.) Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.

GÓES, M.C.R.de. Linguagem, surdez e educação. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista. São Paulo: Plexus, 1997. OLIVEIRA, M.K.de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio histórico. São Paulo: Scipione, 1997.

QUADROS, R. M. Educação de surdos a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.



KARNOPP, L.B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SAMPAIO, M.J.A. Uma reflexão sobre o surdo enquanto minoria linguísticas: direitos linguísticos também são direitos humanos. In: Congresso Internacional de Política Linguística na América do Sul- CIPLA, 2006, João Pessoa - PB. Língua(s) e povos: unidade e diversidade. João Pessoa- PB: Ideia, 2006. p. 408-414. 17

SOARES, M.A.L. A educação do surdo no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1999.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORA:

HELLENI PRISCILLE DE SOUZA FERREIRA OLIVEIRA



Pedagoga, letróloga e pesquisadora especialista em Libras e Educação para Surdos, proficiente em tradução e interpretação de Libras/Português e Português/Libras, certificada pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos/INES, pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC e pelo Ministério da Educação realizado por meio do PROLIBRAS, atua na área desde 2005 - ILHÉUS-BA.

E-mail: hellenijesus@hotmail.com